

# **A ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: SIND-UTE/MG, NARRADO POR SEUS SUJEITOS**

Wellington de Oliveira<sup>1</sup>

## **Depoimentos dos sujeitos constituintes do Sind-UTE**

No intuito de esclarecer como os diferentes sujeitos percebem a organização coletiva da categoria docente, mais especificamente o Sind-UTE, trabalharei as entrevistas realizadas ao longo de minha pesquisa. Para tal, serão apresentados depoimentos de professores que fizeram parte do núcleo dirigente em épocas diferentes: diretores do sindicato que compuseram a primeira diretoria da UTE, portanto formadores da instituição, diretoras que participaram da diretoria após a unificação (1990) e membros da direção atual. Além desses sujeitos, depoimentos de elementos de oposição serão analisados, bem como de professores componentes da base social do Sind-UTE, melhor dizendo, esses últimos depoimentos elencados é referente àqueles que não participaram do núcleo diferente tampouco foram lideranças nas escolas que trabalhavam. O trabalho de fazer essa verificação torna-se importante no sentido esclarecer se existe uma interatividade entre as bases sociais e o núcleo dirigente inclusive no sentido da história do movimento.

## **O discurso do núcleo dirigente fundador da UTE**

No intuito de analisar a relação existente entre o núcleo dirigente e a base social na história do Sind-UTE urge nesse momento construir esse histórico relacional e, posteriormente, gotejar o discurso de alguns membros do referido núcleo dirigente na atualidade. Importante ressaltar que todos eles participam de órgãos públicos, vereadores, deputados, ou seja, engajam no espaço da denominada “sociedade política” e são membros do Partido dos Trabalhadores (PT).

Os professores que vieram a compor a primeira diretoria da UTE faziam parte do Comando Geral de Greve organizada em 1979. Pode-se dizer que os mesmos estavam organicamente ligados com suas bases sociais, inclusive, enquanto profissionais não se

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela FAE/UFMG. Professor Adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – DIAMANTINA/MG (Brasil). E-mail: [welltha@terra.com.br](mailto:welltha@terra.com.br).

desligavam de seus espaços de trabalho, ou seja, escolas. Nesse sentido o discurso fundador da UTE (hoje Sind-UTE), refletia e absorvia os anseios da base social. Nesse momento existe uma interatividade entre núcleo dirigente e base social.

No final dos anos 1970, o processo de “abertura política” está a caminho e, portanto no início dos 1980 o pluripartidarismo. Nesse contexto que surge o PT e, no caso de Minas Gerais, a participação do movimento dos professores foi de suma importância. Tanto é verdade que nas eleições gerais de 1982, primeiras em que o PT lançou seus candidatos um dos principais líderes do movimento docente mineiro, Luiz Soares Dulci se elegeu Deputado Federal<sup>2</sup>. E, paulatinamente, outros irão ocupar cargos eletivos e/ou administrativos em governos petistas, principalmente a partir de 1992 quando Patrus Ananias fora eleito prefeito de Belo Horizonte. Aliás, o referido político como advogado prestava assessoria jurídica à UTE e posteriormente ao Sind-UTE. Ainda citando membros do núcleo fundador que adquiriram cargos públicos têm-se os professores Antonio Carlos Pereira (Carlão), eleito vereador, deputado estadual e dirigente de uma estatal municipal que cuida do trânsito da capital mineira, BHTrans, Rogério Correa, vereador e deputado estadual, Fernando Cabral, vereador e posteriormente Secretário Municipal de Administração no governo Patrus. Além desses titulares muitos professores militantes ocupavam cargos administrativos como foi o caso do professor Carcerone.

Isso gerou na categoria uma postura crítica e chegavam ( e continuam afirmando) que o sindicato fora um trampolim e que os objetivos partidários falavam mais altos que os interesses da categoria. Diria que gerou um campo de tensão entre o núcleo dirigente fundador com sua base social. Isso será mais bem explicitado quando os discursos dos elementos da base forem analisados. Mas, torna-se importante, nesse momento, tornar explícito o discurso desses líderes quando questionados por suas posturas ético-políticas. Vejamos, por exemplo, o que diz o professor Fernando Cabral diante dessa situação:

Ah! Sim. Eu mesmo fui vítima disso. Aconteceram alguns fatos: quando o Patrus me convidou para assumir a Secretaria de Administração eu já tinha vivenciado essa situação muito como vereador. Já no movimento sindical eu já tinha consciência de que as coisas ultrapassavam nossos umbigos.

---

<sup>2</sup> Mais adiante serão feitas afirmações de professoras questionando a postura do professor Luiz Soares Dulci enquanto parlamentar.

Existem outras demandas na sociedade além da questão da educação. Quando as pessoas militam no movimento sindical elas pegam aquela viseira (sic.) só interessa naquilo que é para sua categoria. É assim, “venha a nós tudo e ao vosso reino, nada”.

Analisando essa citação obtida em depoimento do professor Cabral nota-se claramente sua visão no que diz respeito ao movimento sindical, postura partidária e sociedade política. Ele estabelece como espaços estanques e, aquilo que poderia ser um espaço de mediação política com a sociedade civil é visto como outro espaço, ou seja, o da administração global da sociedade. Está presente uma concepção liberal de Estado, melhor dizendo, um Estado que transcende a sociedade e às classes sociais. Penso que a questão cronológica da práxis desses dirigentes sindicais deva ser ressaltada. A UTE foi criada em 1979, em 1980 muitos desses militantes sindicais se engajam na formação de um partido político e, já em 1982 assumem cargos eletivos. Assim sendo um diálogo com as bases até mesmo para estabelecer espaços de formação, cronologicamente, foi praticamente nulo. Entendo que o discurso fundador da UTE foi de que os professores são trabalhadores, portanto, sua parceria no campo da luta política seria o conjunto de trabalhadores da cidade de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais. Porém, pessoas egressas do núcleo dirigente ao assumirem cargos públicos não conseguem fazer essa mediação, pelo contrário, agem na prática, atuam como se os trabalhadores em educação apresentam demandas corporativas e antagônicas com o conjunto dos trabalhadores da cidade de Belo Horizonte, como se pode ver em outro depoimento do, então Secretário de Administração Fernando Cabral:

Ali dentro, secretário de governo não era mais representante sindical, que nós estávamos ali para governar uma cidade, terceira metrópole do país. Trazendo resposta não só para a educação, mas saúde, para miséria, para tudo que a cidade tem. E aí realmente naqueles setores que achavam que nós tínhamos assumido o governo para ser considerado um partido dos trabalhadores da educação, não tiveram uma opinião, digamos assim, muito saudável com relação a isso. E eu mesmo fui praticamente enxotado da assembléia dos servidores da educação<sup>3</sup>, no Marconi, como traidor, com essas coisas todas.

Colocado diante da mesma problemática, ou seja, a acusação feita pela base social do sindicato frente à mudança de postura política assumida por aqueles que emergem do

---

<sup>3</sup> Interessante ressaltar que, aquele que lutou para que os professores fossem denominados trabalhadores da educação, agora chama a categoria como “servidores da educação”.

movimento sindical, nesse caso especificamente do Sind-UTE o vereador professor “Carlão” apresentou o seguinte depoimento:

Isso aí é uma discussão um pouco mais complicada, por que ela envolve variáveis subjetivas. Eu tenho uma posição muito dura sobre essas coisas. Eu acho isso muito importante, certo. Primeiro se você for pegar o essencial da minha trajetória ia ser engenheiro na vida. Nunca nenhum engenheiro me cobrou porque eu não fiz o curso de engenharia. Já no passo seguinte eu ia ser administrador de empresas, foi a primeira coisa que eu formei. Ninguém nunca veio me cobrar porque eu não continuei administrando na minha vida. É...esse é um processo complicado, o que acontece é contraditório, há uma dialética (sic.) aí. Que ela é mais complexa do que é a coisa do poder. Não se trata, quer dizer, não quero dizer com isso que algumas pessoas de fato “não virem a casaca”. É importante dizer isso. Qual lugar você se encontra? Eu creio quando você está no sindicato, sua função é defender a sua categoria. (CARLÃO).

A citação acima corrobora a postura anterior, ou seja, a do professor Cabral. Ambos, Cabral e Carlão comungam com a idéia que sindicato só vai até a discussão econômica não é espaço de combate ao capital. Além do mais na referida citação a opção política do declarante apresenta como eixo norteador sua subjetividade não levando em conta a ação coletiva que inclusive o alçou ao poder político.

Interessante ressaltar como fica muito claro a visão de reificação da sociedade produtora de mercadoria e a aceitação do trabalho alienado na citação abaixo retirada do depoimento do professor, vereador, administrador da BHTrans, Carlão:

A partir daí, estou falando do sindicato em geral, no caso de educadores, obviamente componentes de educação, parece-me óbvio que deveria entrar a questão do imposto. Um sindicato de metalúrgicos, ele até é mais sofisticado, em São Bernardo faz isso. Discute a organização da produção, sob o ponto de vista do trabalhador. Mas não vão discutir melhor modelo de automóvel. Certo? Isso não é função sindicato. Como o sindicato faz isso? As estratégias e táticas, a amplitude maior ou menor de fazer políticas, de você fazer mais assistencialismo ou menos assistencialismo.

No entendimento do depoente cabe ao sindicato gerar políticas e estratégias que se restrinjam ao campo da categoria que o mesmo representa, caberia ao aparelho estatal e ao patronato estabelecer as diretrizes que os trabalhadores devem trilhar. Ao se postar dessa maneira Carlão compreende que os trabalhadores não possuem o direito de ser

dirigente. Mesmo ele sendo um trabalhador que passa a ser um gestor público não assume a postura elaborativa de políticas públicas que represente o cosmo cultural do proletariado. Isso torna-se mais claro quando se verifica a continuidade de sua narrativa discursiva, ai enquanto gestor da BHTrans:

Então, quando você sai do sindicato e vem para a esfera da administração pública, o teu foco (sic.) não é mais aquele. Seu foco é preocupar com aquele melhor pacto de sociedade. Discussão que eu tive, na época da BHTrans, eu discutia com os sindicatos dos rodoviários. Na verdade, eles tinham que negociar com donos das empresas, não comigo. Mas, meio embolado, uma seção pública, acaba que a gente ia para mesa também. Eles vinham e eu dizia: Eu olho para vocês com a condição de que vocês têm que estar bem para que o serviço esteja bem, o meu foco não é vocês, meu foco é o usuário, é quem anda de ônibus. Se para quem anda de ônibus está bem, eu preciso que o trabalhador seja treinado, capacitado, tenha uma qualidade de vida mínima, etc. E em função disso que eu olho para vocês. Eu não estou olhando para interesse do trabalhador em si.

Ao analisar essa citação fica muito clara a posição do sindicalista que faz uma divisão entre poder público e luta sindical. Ao assumir o poder público o sindicalista assume a postura de gestor inclusive com a postura de que o Estado transcende as classes sociais, a idéia liberal é hegemônica na cultura política brasileira. Ao trabalhador cabe estar bem treinado e capacitado para bem servir ao “usuário”. Discutir políticas públicas de transporte não seria, na concepção do depoente, função do sindicato dos rodoviários. Talvez seria função dos patrões e/ou dos técnicos do serviço público, assim como discutir políticas públicas de educação.

Interessante ressaltar que, assim como o professor Fernando Cabral, Carlão enfatiza que sua posição política e tampouco sua visão de mundo mudaram, o que mudou foi sua posição no contexto: *Agora o meu lugar mudou, então se o meu lugar mudou, isso não quer dizer que eu tenho que renegar absolutamente nada*. Isto é óbvio, porém isso deixa claro que sua mudança de lugar não implicou em um redirecionamento do Estado, ou seja, a postura não foi uma de “guerra de posição”, conforme Gramsci propõe, mas de assumir espaço na sociedade política impregnado pela hegemonia burguesa.

Urge comentar o posicionamento de ambos os depoentes que fizeram parte do núcleo dirigente formador da UTE no que diz respeito às questões ligadas à educação. Afinal de contas suas atuações políticas se deram por pertencerem ao conjunto dos

trabalhadores da educação. No que tange a esse item transcrevo abaixo a posição do professor Carlão, quando lhe foi perguntado se havia alguma discussão didático-pedagógica no contexto do sindicato:

Eu tenho para mim que nós sempre ficamos muito aquém do necessário. Nós nunca conseguimos ir fundo na discussão de uma política educacional. Eu lembro que na UTE até tinha um setor na diretoria que cuidava disso mas, porque no meu período cada setor era responsável pela sua área. Em projetos pontuais, micro-discussão, periféricas. Concepção de projeto de educação, política-pedagógica, mas ficou muito aquém. (Carlão).

Perguntado ao professor Fernando Cabral sobre a mesma problemática ele concorda com a posição do professor Carlão, ou seja, o sindicato não aprofundou as discussões acerca de políticas públicas relativas à educação. Portanto, a dificuldade de se engajar em uma proposta pedagógica para as escolas públicas. Curioso citar que o professor Cabral fazia parte do secretariado do prefeito Patrus Ananias quando da implantação de um projeto pedagógico que tinha como eixo norteador legitimar as práticas pedagógicas emergentes na Rede Municipal de Belo Horizonte. Projeto esse implementado pela secretária Gláuria Vazquez tendo como seu secretário-adjunto o professor Miguel Arroyo, ambos da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, portanto política de governo. Perguntado ao professor Cabral se havia discussão no seio do governo acerca da temática ele assim respondeu:

Não, com a Administração eu sei que não houve, certo. Agora a minha expectativa é com a implantação da escola plural haveria uma situação monitorada e é claro que tem ter ajustes, mas aí o governo acabou se encerrando, eu fui para outro órgão completamente diferente, não tive o acompanhamento deste processo. (CABRAL)

O reconhecimento de ambos de que as discussões acerca do processo de trabalho dos professores, que é a organização e execução do espaço didático-pedagógico. Aliás que é o eixo norteador do trabalho docente, pode explicar a incapacidade da UTE e posteriormente Sind-UTE por intermédio de seu núcleo dirigente, em elaborar uma proposta de política pública para o setor educacional.

## **O discurso de ex dirigentes do Sind-UTE: aqueles que participaram da direção sem serem do núcleo dirigente fundador**

Com o objetivo de analisar a evolução histórica do Sind-UTE tendo como eixo norteador o discurso de seus dirigentes, será mapeado analiticamente o discurso de dirigentes sindicais que vieram participar da diretoria em condições posteriores aos membros do núcleo dirigente fundador. Interessante ressaltar que os referidos dirigentes ocuparam seus cargos diretivos ao mesmo tempo em que membros do núcleo dirigente fundador passaram a integrar cargos em governos petistas em Belo Horizonte, mais especificamente junto com os prefeitos Patrus e Célio de Castro. Urge situar que se desenhará um cenário bastante significativo, ou seja, ex-membros do sindicato, agora dirigentes políticos, entrarão em estado tencionado com a diretoria do sindicato.

Para analisar essa situação utilizaremos partes das entrevistas das professoras Daysi Cunha, hoje professora adjunta da FAE/UFMG e, portanto, não mais milita no movimento de docentes da Rede Pública de Ensino Básico de Minas Gerais e, da professora Shirley, ainda docente da Rede Municipal de Belo Horizonte além de militar na Escola Sindical 7 de outubro, presta acessoria ao Sind-UTE, porém não é mais parte da diretoria do referido sindicato.

Outro dado importante coletado em seus depoimentos é de serem quadros filiados ao Partido dos Trabalhadores:

Bom, eu sou petista desde o início que era uma seqüência natural, entrar ali naquele circuito e conhecer o Partido dos Trabalhadores. Eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores depois que eu já era militante sindical, foi uma escolha natural, foi uma escolha, eu fiz depois do movimento sindical. E sempre tive uma participação partidária, as coisas do partido sempre me chamaram muito a atenção, para dizer a verdade, o meu grande celeiro é o movimento sindical. E eu estou te dizendo isso para dizer o seguinte: o meu engajamento num e no outro sempre foi diferente, eu sempre fui muito “ação sindical” e tudo que ação sindical imbricava de político, mais do que militante partidário, de bairro, por exemplo. Essa coisa da ação direta do movimento, essa coisa do concreto das relações de trabalho sempre foi para mim muito real, muito concreto e muito palpável mais do que o trabalho do cotidiano partidário. (DAYSI)

O posicionamento da professora Daysi reflete muito o cosmo cultural do movimento sindical da época, ou seja, participar de um sindicato seria “natural” ingressar no PT pois o referido partido contemplaria os interesses políticos do movimento sindical.

A mesma postura é encontrada no depoimento da professora Shirley, como se pode ver observar na citação abaixo, quando a mesma comenta sua entrada para o PT:

O que aconteceu foi o seguinte: eu identifiquei naquela greve de 89 rapidamente duas posições que eram PC do B e o PT que se manifestavam. Então, eu me filiei ao PT e comecei participar das reuniões, eu devo ter ido a umas quatro reuniões da Convergência no máximo, não fui mais do que isso. Porque eu fui percebendo algumas coisas que eu não conseguia nomear na época, mas que eu não concordava. Uma que foi muito marcante, uma reunião no sábado de manhã, num determinado momento da reunião as mulheres se levantaram e foram para cozinha fazer o almoço e os homens ficaram. Isso me causou tanta estranheza, tanto incômodo. O incômodo foi muito grande, que eu comecei a pensar nessa divisão, nas questões internas, então eu comecei a refletir um pouco mais sobre o que é que a Convergência discutia, na época como política e eu passei a perceber que não tinha identificação com aquilo. Eu acho que no primeiro momento o que me identificava com eles era o caráter de oposição, mas acontece que oposição é uma categoria muito ampla para gente pensar, então quando eu fui perceber essas nuances, eu fui me afastando. (Shirley).

Fato importante a ser explicitado é que ambas tiveram sua iniciação política por intermédio da tendência denominada Convergência Socialista da mesma forma, como já foi explicitado anteriormente, o vereador Carlão. Em continuidade, rompem com a referida tendência e passam a atuar no PT. Quando assumem a diretoria do Sind-UTE a militância das mesmas se restringia ao PT e coincide com a eleição do candidato petista para prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias. Urge esclarecer que elas faziam parte da sub-sede de Belo Horizonte do Sind-UTE, portanto os confrontos trabalhistas se dariam com uma Prefeitura Petista e que muitos cargos dirigentes da mesma estariam ocupados por ex-diretores do Sind-UTE como Fernando Cabral, Carlão, Luiz Soares Dulci etc. O depoimento da professora Daysi, quando lhe foi perguntado de sua participação na diretoria do sindicato concomitante com o PT na direção municipal de Belo Horizonte:

Essa experiência eu também precisava contar com mais cuidado um dia, não só eu, mas outras pessoas que viveram. Por que muitas as coisas, por



exemplo, isso que eu estou falando, por que as pessoas foram criadas em movimentos, nós criamos quadros em movimento sindical para assumir outras posições, que eram também posições, resultado da abertura do próprio movimento sindical do meu ponto de vista. Então, era muito curioso, por que era muito dolorido mais para mim foi um momento de muito aprendizado, por exemplo, chegar em uma mesa de negociação e encontrar lá os fundadores do meu sindicato como Carlão, Cabral, o Luiz Dulce que é uma figura histórica e misteriosa. Sendo que Luiz Dulce é um personagem emblemático pois sua imagem está muito ligada à greve de 1979. (Daysi).

Esse relato aponta como duas questões interessantes no contexto da história do Sind-UTE:

1 – o núcleo dirigente fundador do sindicato, agora, era poder e sob o ponto de vista da teoria política fazendo parte do Bloco Histórico, portanto com potencialidade de estabelecer como hegemonia seu discurso fundador, ou seja, educação como política de governo, incluindo aí o reconhecimento das reivindicações dos trabalhadores em educação. A professora Daysi, em seu depoimento coloca essa questão como muita clareza quando ela afirma, *“Encontrar o Patrus que tinha sido advogado do Sind-UTE, quer dizer, encontrava com os meus anteriores ali, os meus antepassados entre aspas. E pessoas que tinham não só estruturado aquela ação sindical que eu então repetia e inovava mas que também informava muito a minha cultura. E já com problemas que eram, isso que é complicado, que eram problemas que eram deles nesse espaço mas que eram também meus”*. Essa ambigüidade apontada pela professora, então como sindicalista, expressa o cosmo político posto, ou seja, para a sindicalista uma visão de espanto frente à postura de que companheiros<sup>4</sup> no poder a postura era de patrão. Se para a sindicalista a compreensão do processo lhe surpreendia e as bases sociais, em seu bom senso, concluíam que aqueles que estavam no poder e que tinham sido fundadores da UTE assim o fizeram para atingir o poder político. No entanto existe um processo complexo por que, como já foi observado nos depoimentos de alguns membros do núcleo fundador, pela visão dos mesmos não existia ambigüidade, estavam ali enquanto governo. E urge esclarecer que a visão de governo que eles tinham, como já foi dito anteriormente, era de administrar e fazer funcionar a máquina pública.

2 – partindo dessa premissa pode-se dizer que esse momento historicamente situado no contexto da democratização brasileira que fora resultante, inclusive com a participação

---

<sup>4</sup> Não se pode esquecer que, a sindicalista era também militante do PT e os gestores também o eram.

do movimento docente do final dos anos 1970 e que levou no início dos anos 1990 parte do núcleo dirigente do Sind-UTE ao poder não representou um diálogo diferenciado com o movimento sindical. A relação permanece em posição conflitante no estilo patrão (Estado) e empregado (movimento docente). A postura dos gestores públicos não foi de ruptura com a estrutura do Estado brasileiro. Assim sendo, a base social do Sind-UTE começa a ver com desconfiança a direção do mesmo, pois o diálogo reivindicado, pelo menos no que diz respeito ao reconhecimento da categoria como elemento chave para a construção da justiça social, pois educação é um fator sempre colocado como tal, não acontece. A base social passa a identificar a direção com o Estado-patrão, pois todos pertencem a um mesmo partido, PT. Gera ai uma crise de representatividade que será apontada mais adiante quando forem colocadas narrativas de trabalhadores da educação da base social.

No intuito de esclarecer estas pontuações transcreverei abaixo depoimentos das professoras Daysi e Shirley:

Eu me lembro de uma vez em uma greve muito tensa, talvez na primeira o Patrus, ele sempre repete essa história e eu também nunca mais esqueço que numa mesa de negociação intervindo, eu entalei assim para chorar, sabe o que é grave numa mesa de negociação, não pode chorar, mas eu entalei, engasguei, exatamente porque aquele momento ali eu estava no papel de movimento sindical, mas eu entendia muito bem o que estava colocado enquanto crise política ali para ser resolvido. E era um problema que era meu, enquanto dirigente sindical da minha categoria, mas era um problema que era nosso na medida em que você tem que dar uma resposta política para um problema que é político. O fundo é econômico. Eu com a minha ação sindical militante para intervir e eles também com o problema da estrutura do Estado brasileiro. Quer dizer, nós estávamos presos num problema que era nosso, mas que cada um tinha que dar as respostas e dentro da instituição que lhe cabia. (Daysi).

Pois é, eu acho que há de fato uma compreensão do político que é ainda muito ligada ao senso comum. Que é de pensar, por exemplo, que não é legítimo uma pessoa que saía dessa categoria ou desse meio, possa estar fazendo política num outro espaço. E deixar de perceber também eu acho, que uma coisa que a gente precisa pensar, ou pelo menos, sempre pensar assim, que é uma coisa é a situação política no meio dos movimentos sociais,

outra coisa fatalmente será a situação política dentro do Estado. Então, não dá para cobrar os mesmos mecanismos, por que não funciona da mesma forma. É uma dificuldade das pessoas de perceberem isso, então eu acho, quando elas reclamam que é um trampolim, há identificação de que as pessoas mudam de lugar e não levam as mesmas reivindicações de que a base tinha. Mas assim, o que se apresenta de maneira evidente é que a pessoa mudou de lado, vamos dizer assim, mudou de posição. E de fato mudou, mas isso não quer dizer que mudou de interesses, que mudou de lado, vamos dizer assim, mudou de posição é outro fazer político, então eu acho isso. Bom, acho que esse ressentimento é que fica, então esse ressentimento cultivado, por exemplo, com Luiz Dulci, com Carlão, com pessoas que eram expoentes da UTE, do Sind-UTE e que passam ao governo. E que ao passar para o governo não traziam as mesmas reivindicações ou as mesmas defesas que se fazia no seio da categoria, isso gera um ressentimento. (SHIRLEY).

Outro princípio importante decorrente do discurso fundador da UTE (atual Sind-UTE) foi o da “autonomia”, presente nos documentos cunhado a partir dos seus congressos. Nesse momento histórico de conflito ele é posto à prova, ou seja, com ex-militantes no poder como se portaria a entidade sindical? Seria de como se fosse a corrente transmissora do partido no movimento ou realmente exerceria a função de defesa da categoria?

O relato da professora Shirley esclarece bem a situação vivenciada pela diretoria face à base social do sindicato tendo como mediação a questão partido/movimento docente. Urge explicar que até 1991 estava à frente do governo municipal de Belo Horizonte o PSDB e, conforme a professora Shirley afirma “...*porque o ano de 91 era PSDB, então a gente dizia até na diretoria(sic.) que a gente estava em lua-de-mel com a categoria por assim dizer, é mais fácil. Você tem um opositor muito claro*”.

Ao refletir a partir do depoimento da professora Shirley pode-se concluir que a facilidade de estabelecer um confronto mais aberto à prefeitura decorria do fato de se estar no governo um partido diferente daquele que era de preferência dos membros da diretoria. O conflito era desenvolvido com mais desenvoltura e constrangimentos caso fosse o contrário como já foi narrado anteriormente quando foi citada a declaração da professora Daysi. A opção partidária, naquele momento, era muito clara em favor do PT, tanto é verdade, utilizando as palavras da professora Shirley: “*Em novembro(91),*

*nós tiramos um apoio á candidatura do Patrus<sup>5</sup> em Assembléia e foi um ano de muita tensão, mas não era uma tensão com a categoria”.* Esse apoio explícito à uma candidatura petista, agora com aval da categoria, pois foi retirado em uma Assembléia, órgão máximo de deliberação do Sind-UTE gera um espaço de expectativas.

Ora, a diretoria não mais poderá desenvolver seus ataques ao Estado-patrão como entidade de oposição, mas terá que administrar uma situação inusitada, ou seja, aqueles que estarão à frente do governo foram eleitos com o aval da entidade sindical institucionalizada. Interessante ressaltar que, o governo Patrus ao assumir a prefeitura, em janeiro de 1993, estabelece um aumento de 200%<sup>6</sup> para os servidores municipais sinalizando uma aproximação com os trabalhadores públicos e, em especial, com os trabalhadores da educação. Essa ligação com o partido como já foi descrito colocou questões para a diretoria no que diz respeito ao relacionamento com sua base social por que a mesma passou a ser acusada de conivente com o poder.

Nós ficamos num dado momento com uma discussão muito intensa. Bom, essa acusação, eu acho que é uma acusação porque ela não era só do governo, era de parte da categoria também, de setores do PT dentro da categoria que diziam que a diretoria estava caminhando para a direita. E ao mesmo tempo a gente tinha setores da categoria que diziam que a gente estava caminhando para a direita, porque estava aderindo à prefeitura e aderindo à política do governo. Então, essa foi uma tensão constante, eu não acho que a gente teve uma identificação com o governo, mas eu acho que o fato da maioria das pessoas ser do partido e participar de momentos diferentes de discussão do partido, por exemplo, a Bel, a Consolação que eram as figuras mais organizadas. (Shirley)

Essa base social na sua cobrança de que a diretoria se posicionasse de maneira autônoma frente ao Estado-patrão levava à diretoria procurar a se desfazer da “marca de sindicato chapa branca” e novamente o depoimento da professora Shirley torna a situação esclarecedora quando ela responde a questão discutida no seio da diretoria, “...como nós vamos traçar a autonomia da direção em relação ao partido”.

Como a gente concentrou muito nisso, a gente em algum momento deve ter ficado refém do que a categoria dizia para poder demarcar essa relação de

---

<sup>5</sup> Naquela época candidato ao cargo de Prefeito de Belo Horizonte pelo Partido dos Trabalhadores e foi eleito.

<sup>6</sup> Não se pode esquecer que a inflação desse período se apresentava de maneira galopante.

autonomia. Então, eu não sei se hoje, eu me lembro muito daquela greve de 92 quando ela se radicalizou e não tinha jeito, a gente não sentava para negociar, era um conflito sem fim, eles não queriam nem recebiam a gente, precisou da intermediação do Lula. E nunca esqueci uma coisa que o Lula disse: *olha vocês saíram da mesa de negociação e chamaram a greve. Vocês não podiam ter feito isso, não por que eram ex-partido, mas porque numa negociação sindical não se faz isso.* E o que me chamou atenção nessa fala? A gente estava tão preocupado em ter uma relação de autonomia que às vezes a gente se perdia na relação sindical. Então, quais são os princípios que orientam a ação sindical? Em alguns momentos isso se perdia, porque a tônica deixava de ser essa para ser uma outra tônica. Da relação sindical também que é de autonomia, mas a constituição dessa autonomia era muito difícil. Eu acho que foi um dos momentos mais tensos nosso. Houve fissuras na diretoria com isso. (Shirley)

A dificuldade de posicionamento deparada pela diretoria do Sind-UTE, caso específico da subsele de Belo Horizonte, em função da eleição de um prefeito petista, aponta uma questão importante a ser analisada no que diz respeito à concepção de sindicato. Principalmente levando-se em conta que o Sind-UTE como sucedâneo da UTE tem sua gênese no “novo sindicalismo” cujos eixos norteadores foram a autonomia sindical em sua plenitude e o relacionamento com a base social de maneira democrática menos cupulista.

Porém, a experiência histórica do Sind-UTE nega esses eixos à medida que o núcleo dirigente opta por um partido e trabalha por esse partido chegando inclusive conseguir apoio para o candidato do mesmo em sua estância decisória máxima do sindicato que é a assembléia da categoria. Aparentemente seria uma decisão política normal e democrática, mas, ao levar em conta a problemática da autonomia sindical essa postura compromete a ação sindical, pois a relação deixa de ser uma relação de conflito para uma de acomodação. Por outro lado a base social raciocina que dado o apoio eleitoral o partido que o recebeu e foi eleito tem que retribuir atendendo as reivindicações da categoria.

Essa visão linear da vida social não acontece. Como foi visto anteriormente as tensões imanentes das relações de trabalho no modo de produção capitalista, ou seja, daqueles

que comprem força de trabalho (mesmo sendo um órgão público, no caso a Prefeitura) e aqueles que vendem força de trabalho (os trabalhadores da educação da Rede Municipal de Belo Horizonte) são conflitivas na sua gênese.

Quando se estabelece o conflito trabalhista a postura da diretoria torna-se ambivalente entre a dificuldade de diálogo com o Estado-patrão e a pressão da base social em viabilizar as conquistas reivindicadas. Como já foi relatada essa situação gerou “fissuras” no núcleo dirigente e uma postura de descrédito do mesmo frente à base social.

### **O discurso de dirigentes do Sind-UTE: aqueles que participam da direção atual e sua interlocução com a base social e a oposição sindical.**

Torna-se interessante procurar saber a posição da atual diretoria. Primeiramente verificar o conceito hegemônico de sindicato: *“O sindicato tem que ir além dos interesses específicos da categoria. A Diretoria atual trabalha na concepção do sindicato-cidadão: buscando a discussão de raça, gênero, etc, para dentro da categoria”*. (Claudine Rodrigues).

Outro dado importante a ser salientado é a questão é a quantidade de filiados ao sindicato que é destoante da grande maioria dos sindicatos de trabalhadores no Brasil porque ela se mantém alta:

A filiação ao sindicato é muito grande, mas há uma grande despolitização por parte da maioria dos trabalhadores em educação. Por que, eles vêem o sindicato quase sempre como instrumento de luta para atender seus interesses individuais e imediatistas, questões funcionais e salariais. E, isso às vezes aproxima o movimento sindical das bases. Quando o sindicato consegue resolver as questões imediatistas e ao mesmo tempo afasta da categoria muito em função da falta de engajamento da mesma. A maioria não tem filiação partidária, isso dificulta a discussão político-pedagógica dentro da categoria. (RODRIGUES).

A ambigüidade apresentada no depoimento da diretora do sindicato, ou seja, a visão da diretoria no que diz respeito ao conceito de politização do movimento, entende que a não filiação a partido significa apatia política por parte da base social como fator de afastamento da diretoria de sua base social porém, existe uma outra versão por parte dos trabalhadores de educação de base. No intuito de exemplificar essa problemática urge

citar o depoimento da professora<sup>7</sup> da base social do Sind-UTE Elaine Tadeu quando perguntada como ela via a postura do sindicato frente às reivindicações da categoria:

Não, eu acho que ele (sindicato) dá importância para vários fatores, mas esse sendo como primordial ele fica para terceiro plano. Saem outras coisas, saem outras vantagens, mas o salário continua o mesmo. Volto a afirmar, acredito que os representantes do Sind-UTE estão usando o sindicato, o Sind-UTE(sic.), como trampolim. Estou vendo o Hilário<sup>8</sup> com outros olhos.  
(ELAINE TADEU).

E mais, quando perguntado se os diretores estão almejando cargos públicos:

Sob o meu ponto é isso, agora é um pensamento individual. Agora, a gente está chegando a partir de participação de assembleias, em conversas nas caminhadas de mobilização em um pensamento que é da coletividade.  
(Elaine Tadeu).

Nessa confrontação de depoimentos pode-se observar que as percepções sobre como o movimento docente está se desenvolvendo apresentam contradições e, conseqüentemente, provocam um distanciamento entre a o núcleo dirigente e a base social: enquanto o núcleo dirigente lastima a não partidarização por parte dos membros da base social, os últimos chegam a afirmar que os membros do núcleo dirigente utilizam-se do movimento com objetivos partidários. Porém, tomando como base o contexto fundante do movimento sindical docente em Minas Gerais, tendo como recorte a formação da UTE, pôde-se observar que as reivindicações de base foram elementos fundamentais para a formação e a consolidação política do referido movimento.

Interessante observar que ao conceituar sindicato a professora Claudinice Rodrigues (diretora atual) afirmava que, "...*O sindicato tem que ir além dos interesses específicos da categoria*" no entanto, ir além dos interesses específicos da categoria pressupõe uma articulação orgânica com a base social porém, como se pôde observar a interlocução núcleo dirigente/base social se encontra distanciada.

No que diz respeito à ação sindical outra temática é sempre posta: autonomia sindical. Essa problemática se coloca como uma meta da organização sindical, principalmente em se tratando de Brasil, pois a organização sindical de nosso país está ainda atrelada ao Estado via Ministério do Trabalho. Porém, ao se discutir o tema com membros da diretoria é colocado da seguinte maneira:

<sup>7</sup> Professora que atua há 20 anos em escola pública estadual.

<sup>8</sup> Diretor do Sind-UTE.

Considerando a minha militância e minha atuação na direção do sindicato, eu acredito na autonomia sindical. Não sou filiada a partido político nenhum, mas sempre voto nos candidatos do PT. Não dá para o sindicato ser um braço do partido e nem ter atrelamento e ingerência do partido no sindicato. Durante a greve desse ano, 2002, algumas pessoas reclamaram da falta de apoio de partidários petistas frente às nossas reivindicações entre a categoria e o governo. Eu tenho convicção na total autonomia sindical, contudo é claro, que os dirigentes sindicais são cidadãos e podem ter suas ideologias políticas. (RODRIGUES).

Olha, nós defendemos a autonomia sindical e no Sind-UTE isso é um princípio nosso. Nós trabalhamos pautados nesse princípio, mas se a gente for avaliar historicamente, eu já participei de reuniões em escolas que o professor se retirou porque você citou uma sigla. Agora, se nós estamos discutindo política, nós estamos discutindo educação e ela está numa teia, num emaranhado. A gente tem que estar citando o partido, as relações sociais que estão colocadas. E a gente tem que avaliar também que as pessoas que pessoas passam não pelo movimento sindical, mas pelo movimento social, mas pelo movimento social, vão construindo políticas e vão se destacando e podem optar por atuar no partido, atuar no parlamento, atuar no poder executivo. (Adaleta)

Apesar da insistência na postura de que o sindicato deve exercer sua autonomia no discurso do núcleo dirigente a prática sindical não reflete isso, pelo menos na percepção da base social, pois como já foi afirmado anteriormente essa base enxerga uma partidarização do sindicato e, por outro lado, o não engajamento nas necessidades prementes da referida base, como se pode ver na citação abaixo, quando perguntada à professora como se encontrava a relação escola/sindicato:

Principalmente a turma de P1<sup>9</sup> não é filiada ao sindicato, maioria pelo que eu percebo, pelas escolas que eu venho passando, que a cada ano eu estou numa escola de P1, não tem, porque a gente nunca vê uma melhoria deles lutando para P1(sic.). Sempre que eles lutam é para pessoas de 5ª. a 8ª. série. (Maria de Lourdes Procópio)

---

<sup>9</sup> P 1 – denominação funcional atribuída às professoras que trabalham no Ensino Fundamental (séries iniciais) pela Secretaria do Estado da Educação.



Olha, acho que eu como professora designada<sup>10</sup> o sindicato nunca fez muito por nós não, para os designados não. Ele sempre lutou muito pelo efetivo<sup>11</sup>, pelos professores designados ele (sindicato) não lutou muito por nós. Eu acho assim por que sou professora há 23 anos no Estado como contratada e todo ano fico naquela dificuldade, vou para as filas para conseguir uma vaga nas escolas, com esse tempo todo de serviço que eu tenho até hoje eu faço isso. (Maria Neuza Bastos).

Ao analisar os depoimentos acima alguns elementos surgem enquanto pontos para reflexão:

1 – as professoras sempre se referem ao sindicato como se fosse o núcleo dirigente, algo distante. Além do que colocam que “*eles*” não lutam por nós refletindo aí a percepção de que a base social não é autônoma, inclusive, para estabelecer agendas para o referido núcleo dirigente.

2 – a presença de uma representação por escola em uma instância da diretoria do sindical, embora prevista nos estatutos e resoluções do Sindi-UTE, eleita pela base social inexistente e/ou, quando existe a exerce de maneira burocrática, como se pode verificar no depoimento da professora Maria Neuza quando perguntado se existia uma representante sindical em sua escola; “*Não existe não*”, foi categórica.

Corroborando o depoimento da professora Maria Neuza é interessante citar o depoimento do professor Ludgero principalmente que esse referido professor, antes de se ingressar no magistério fora trabalhador dos “Correios” e lá teve uma participação efetiva na formação do Sindicato da categoria. A relevância de qualificar o depoimento do professor Ludgero está no fato de que é uma fala reflexiva a partir de sua prática sindical e, a partir do momento que se torna docente. Outra categoria, integrando a uma outra base social de um outro sindicato, no caso o Sind-UTE. Que, aliás, no seu depoimento afirma ter organizado movimentos em conjunto em função das duas instituições sindicais (Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Sind-UTE) pertencerem à CUT. Porém, o professor Ludgero no seu depoimento no que diz à

---

<sup>10</sup> Professora Designada – aquela professora que trabalha por contrato por tempo determinado, sem vínculo empregatício com o Estado.

<sup>11</sup> Efetivo – Aquele professor que, por aprovação em concurso público, tem contrato por tempo indeterminado e até possui estabilidade no cargo que fora nomeado.

atuação do Sind-UTE junto à base social docente coloca a problemática da seguinte maneira:

Há uma crítica, veja bem, tem seis anos que estou no magistério há seis se eu vi diretor do Sind-UTE na escola uma ou duas vezes foi muito, quer dizer, você não tem aquela presença, aquele “corpo a corpo” na porta da escola, discutindo, fazendo as explicações devidas do que está ocorrendo, o que o Sind-UTE está fazendo. A gente liga para o Sind-UTE, para a subseção, para obter uma informação, se o diretor de plantão não vier dar a informação, eles falam que não vão fornecer a informação porque o diretor de plantão não está, isso pega mal. (Ludgero).

Percebe-se nos depoimentos citados a partir dos trabalhadores em educação da base social do Sind-UTE um sentimento de distanciamento e até mesmo de ausência do núcleo dirigente nas escolas. Diante dessa situação pode-se afirmar que a representatividade da direção sindical está perdendo legitimidade junto às suas bases sociais.

Pois bem, pensando em termos sindicais agora mais especificamente o Sind-UTE em sua trajetória histórica e tendo como eixo o conceito de representação pode-se dizer o seguinte:

1 – que, naquele momento que ficou denominado anteriormente como “constituente”, a prática sindical procurou romper com o modelo de representação liberal e repudiava a proposta comunista do endeusamento do proletariado, mesmo porque a embate pela hegemonia acontecia, naquele momento histórico final dos anos 1970 e início dos 1980, entre o “velho sindicalismo” capitaneado pelos militantes do PCB e o “novo sindicalismo”. Explica-se a preocupação dos fundadores da UTE (atual Sind-UTE), em seu discurso fundador, aliar-se “novo sindicalismo”, que propugnava, dentre outros elementos, uma proposta de uma aproximação orgânica entre setores dirigentes e base social. Os documentos produzidos pela UTE apontam nesse sentido.

2 – porém, principalmente no período denominado como “constituído” e inserido no contexto da “abertura política” e do pluripartidarismo, embora conste dos documentos a permanência do discurso fundador, a prática de aproximação orgânica com a base social não se realiza. Isto é verificável nas citações dos depoimentos dos trabalhadores da educação já frisadas no corpo desse trabalho quando afirmam que o “sindicato não olha para os designados” (Maria Neusa) e/ou “estou no magistério há 6

*anos eu vi diretor do Sind-UTE na escola uma ou duas vezes foi muito”* (Ludgero). No imaginário dos docentes de base fica a idéia da representação do tipo liberal, ou seja, o sindicato é a diretoria eleita para representar os mesmos.

Urge, nesse momento que se faz uma reflexão sobre o relacionamento entre o núcleo dirigente e a base social do Sind-UTE, assinalar que as disputas eleitorais para se constituírem a diretoria do referido sindicato acontecem entre tendências constituídas por militantes de grupos políticos que se denominam tendências que por sua vez estão incrustados em partidos políticos geralmente de esquerdas. A lógica de funcionamento dessas tendências é a mesma de partidos políticos: quadros, aliciamentos de militantes, discussão interna para formulação de programas, táticas e estratégicas e disputas por cargos no movimento sindical. As eleições se apresentam como democráticas à medida que se apresentam diversas “chapas” para a escolha do “eleitorado”, porém a discussão com as bases não precede à formação dessas referidas “chapas” ou como diria o professor Ludgero:

Bom, o partido representa uma parcela da sociedade, isso eu vejo o seguinte; não tem como impedir isso. Agora, só não pode o seguinte; as direções sindicais colocarem os sindicatos a serviço dos partidos, principalmente a parte financeira sem consultar a base. O sindicato tal quer apoiar o partido tal, o candidato tal, vamos fazer uma assembléia. O Congresso, as Assembléias, as Câmaras de vereadores não têm representante de médico, de industrial, pessoal de transporte, até de lixeiros, igual nós tivemos aqui em BH? Então. pode ter um representante dos professores, dos carteiros, dos motoristas. Só que isso tem que ser feito com transparência, por que o que acontece? Os sindicatos atrelam a um partido ou a um candidato e começam fazer tudo às escuras, esse é o problema.

Outra problemática que é abordada entre os atores que desenvolvem a dinâmica sindical dos docentes é a relação entre a comunidade e o movimento levando-se em conta que a relação de trabalho docente se estabelece entre sujeitos: professor/aluno, escola/comunidade e pais/professores. Já foi relatado no corpo desse trabalho que, no momento da constituição da UTE, o apoio dado ao movimento pela comunidade foi significativo. Mesmo porque o momento histórico apresentava uma característica peculiar, ou seja, o eixo central era a luta contra a “Ditadura militar”. Outro dado interessante citado no depoimento do professor (hoje deputado estadual pelo PT), Rogério Correa, era a primeira, depois de muitos anos e os pais, alunos não tinham

ainda a noção do que aquilo poderia prejudicar o andamento escolar dos alunos. No entanto, essa relação foi se tornando conflituosa e, em alguns momentos, antagônica. Nesse sentido é unânime a posição entre os elementos da estrutura sindical docente: núcleo dirigente, base social e a oposição sindical. Para todos, a aproximação com a comunidade é fator primordial para que as reivindicações do movimento sejam acatadas pelo poder público, já que a forma de pressionar o “Estado patrão” é ameaçar a perda de votos daqueles que estão no poder.

No entanto reconhecem que, no momento histórico atual existe um dissenso entre a comunidade e os docentes, primeiramente tem-se claro que a situação econômica atual confere baixos salários à maioria dos trabalhadores, aliado também à questão do desemprego. Outro dado é a percepção por parte da comunidade do movimento docente apresentar um caráter corporativista, sem se importar com a situação do aluno e tampouco com as condições físicas e materiais das escolas. Próximo a isso o próprio distanciamento dos projetos pedagógicos das escolas das manifestações sócio-culturais das comunidades. O isolamento do movimento é tão grande que em alguns momentos a Associação de Pais Mestres entrou na justiça para solicitar o retorno às aulas por parte dos docentes em greve.

À guisa de conclusão desse artigo farei uma citação a partir de um depoimento da professora Daniela, notadamente de oposição à tendência hegemônica à atual diretoria do Sind-UTE, militante do PCdoB, quando perguntada se a situação atual se estagna face à tradição de seu discurso fundador:

Aí eu já acho que não é mais tradição, aí já é uma disputa interna do movimento mesmo. Não dá para negar que não nós temos disputa interna, temos diversas correntes de pensamento dentro da nossa categoria. E a atual direção, inclusive, por ser majoritária dentro do Sind-UTE, não abre espaço, inclusive para manter esse pequeno poder que eles têm. Não abre espaço para outras tendências, não abre espaço para novos pensamentos, nessa tentativa de manter o que já conquistou. Só que eu acho que é uma tática equivocada, por que mais cedo ou mais tarde, se a categoria está insatisfeita, a categoria vai conseguir expressar isso. Só que está ruim agora, como a categoria está expressando essa insatisfação? Não se sindicalizando eu é extremamente ruim para o sindicato, não participando das assembleias, não participando das mobilizações que o sindicato puxa, entende. (DANIELA).

Nesse sentido o depoimento da professora coloca uma questão, que é ao mesmo tempo um desafio para o núcleo dirigente do Sind-UTE, ou seja, a retomada do diálogo com a base social pois, o “sindicato” se encontra em uma situação de distanciamento das aspirações da referida base social.

### **Referências**

Professor Antonio Carlos Pereira – “Carlão” – Concedida em 15/05/2003.

Professora Daniela – Concedida 05/08/2003

Professora Daysi Cunha – Concedida em 3/06/2003

Professor Fernando Cabral – Concedida em 16/06/2003

Professora Elaine Tadeu Gonçalves – Concedida em 23/06/2005

Professor Pedro Valadares - Concedida em 07/08/2003

Professor Luiz Fernando Carcerone - Concedida em 17/08/2004.

Professora Maria Aparecida – Concedida em 22/05/2003

Professor Rogério Correa – Concedida em 23/07/2003

Professora Shirley Miranda – Concedida em 22/06/2003.

Professora Claudinice Rodrigues – Concedida em 12/12/2002

Professora Adalete Alves Pacheco - Concedida em 23/04/2003

Professora Maria Neuza Ferreira Gomes de Bastos – Concedida em 23/06/2005

Professora Maria de Lourdes Silva Procópio – Concedida em 23/06/2005

Professor Ludgero – Concedida em 05/08/2003